



História Unicap  
ISSN 2359-2370

# Os monarquistas e o Plebiscito de 1993: construções da memória e das representações

*The monarchist and the Plebiscite of 1993:  
constructions of memory and representations*

**Roberto Biluczyk\***

104666@upf.br

## **Resumo:**

O Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo foi aprovado na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), efetivando-se em 21 de abril de 1993. Os principais articuladores do expediente eleitoral foram os apoiadores da forma de governo monárquica e do sistema de governo parlamentarista. Ambas as ideias foram previamente rejeitadas nos debates sobre a nova Carta Magna. O Movimento Parlamentarista Monárquico precisou viabilizar sua campanha e se apresentar à sociedade, uma vez que seu ideário, até então, se encontrava oculto por força de lei imposta em 1889. Para isso, recorreu a recursos memorialísticos embasados no senso comum e na superficialidade, criando uma memória própria por meio das representações, objetivando convencer o eleitor de que monarquia era sinônimo de desenvolvimento político ao país. Os referidos materiais serão revisados e analisados a partir de conjuntos de ideias ligados especialmente à História Cultural, procurando-se oferecer uma visão diferenciada sobre o referido movimento de contestação da política nacional, ainda pouco explorado pela historiografia.

## **Palavras-chave:**

Formas de governo; movimento monárquico; campanha eleitoral.

## **Abstract:**

*The Plebiscite on the Form and the Government System was approved by the National Constituent Assembly (1987-1988), being held on April 21, 1993. The main articulators of the electoral record were the supporters of the monarchical form of government and those of the parliamentary system of government. Both ideas were previously rejected in the debates on the new Magna Carta. The Monarchist Parliamentary Movement had to make its campaign viable and present itself to society, since its ideology, until then, was hidden by force of law imposed in 1889. For this, the movement resorted to memorial resources based on common sense and superficiality, creating its own memory through representations, aiming to convince voters that monarchy was synonymous with political development for the country. These materials will be reviewed and analyzed based on sets of ideas linked especially to Cultural History, seeking to offer a different view on the referred movement of contestation of national policy, hitherto minimally explored by historiography.*

## **Keywords:**

*Forms of government; monarchical movement; electoral campaign.*

\* Mestrando pela Universidade de Passo Fundo.

## Considerações iniciais

Este trabalho busca captar impressões sobre a construção da memória e das representações pelos apoiadores da forma de governo monárquica, em evidência no Brasil, especialmente entre 1987 e 1993. No período, o movimento deixou o anonimato ao propor uma emenda popular na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), almejando a realização de um plebiscito sobre os estatutos políticos governamentais brasileiros, indagando o eleitor sobre a pertinência da restauração da monarquia ou da permanência da república.

A referida emenda contou com quase 45 mil assinaturas e ganhou o apoio do deputado federal Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno<sup>1</sup>, único político a defender publicamente a causa entre seus pares. O parlamentar iniciou, assim, uma articulação exitosa em prol da derrubada de uma Cláusula Pétreia, que impedia a livre contestação da forma republicana no país (NÉMETH-TORRES, 2008).

Além de conseguir eliminar a proibição jurídica, a ação de Cunha Bueno culminou, meses mais tarde, na aprovação da consulta popular, inicialmente prevista para 7 de setembro de 1993, posteriormente antecipada para 21 de abril de 1993 (CARVALHO, 2010). Entre a aceitação da proposta eleitoral e sua organização, havia a necessidade de formular e expor os preceitos peculiares à monarquia para a população, bem como resgatar tradições e memórias, de certa maneira ocultas há cerca de cem anos, quando da instalação da República.

Os defensores da monarquia se apresentavam à sociedade, procurando construir alicerces para sua sustentação como instituição viável e eficaz para a política do país. Para isso, no decorrer do tempo, utilizaram-se de livros e jornais editados pelos próprios apoiadores da causa, e do programa eleitoral em rádio e televisão, em 1993.

Por isso, neste artigo, alguns desses materiais são utilizados como fontes, juntamente com um texto acadêmico escrito pelo sociólogo Luís Felipe Miguel, que expõe pormenores da corrida eleitoral em suas intervenções midiáticas. Para a efetivação da análise e da apresentação das ideias, serão empregados conceitos ligados à História Cultural, onde se evidenciam ideias fundamentais para entender a atividade do movimento monárquico no período determinado.

## Entre a cultura, a História e a memória: aspectos historiográficos

Em 1993, as primeiras barreiras impostas à apresentação do Movimento Parlamentarista Monárquico envolveram a Família Real, Orléans e Bragança, que, além de manter certo anonimato público, ainda contava com irremediáveis conflitos internos, que fragmentavam entendimentos sobre assuntos, como a questão dinástica sucessória (CARVALHO, 2010).

---

<sup>1</sup> Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno é um economista paulistano nascido em 1949. À época da Assembleia Nacional Constituinte, estava filiado ao Partido Democrático Social (PDS). Exerceu sete mandatos como deputado federal por São Paulo. Não confundir com Antônio Sílvio Cunha Bueno (1918-1981), o pai do político, que igualmente usufruiu de mandatos parlamentares.

A seu favor, os monarquistas utilizavam o senso comum e a construção de memórias, sobrepondo-as algumas vezes à historiografia, buscando resgatar personagens e acontecimentos sob seus pontos de vista. Também empregavam exemplos internacionais para fundamentar os acertos políticos delegados à forma monárquica. Nesse aspecto, a monarquia espanhola era tida como a experiência ideal.

Memória, neste caso, é entendida como fonte essencial de cultura, visto que o passado se conserva e o presente adquire significância individual e social a partir dela, sendo precedida do “fato social” e do sistema social (HALBWACHS, 1990, p. 75). Na visão de Maurice Halbwachs (1990, p. 75), a memória vem antes de qualquer outra condição e se configura com maior importância em relação a fenômenos psicológicos ou individuais.

A grande questão dos monarquistas surgidos ao público a partir do final dos anos 1980 é que dificilmente eles haviam vivenciado em si a monarquia brasileira. Quanto muito, haveria certa memória construída nas lembranças de infância de pessoas de idade avançada ou na audição de relatos de terceiros. Seus membros justificavam sua defesa de ideias com informações do presente, oferecidas pela História e pela experiência internacional, ou por reconstruções de lembranças de épocas anteriores, que já poderiam ter sido alteradas pelas percepções e manifestações dentro de um aspecto memorialístico, não-estático, sem maiores distinções entre o vivido e o não-vivido (HALBWACHS, 1990, p. 78).

A recordação de um acontecimento antigo, por mais nítido que pareça, não será, portanto, a mesma imagem experimentada. A memória do indivíduo é ancorada à de um determinado grupo social, tornando-se memória coletiva de uma sociedade específica. Sua construção mental pode abranger lembranças reconstruídas ou simuladas, a partir de sua vivência em grupo. “É impossível que duas pessoas que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois, o reproduzam com traços idênticos” (HALBWACHS, 1990, p. 75).

Refletindo sobre símbolos e práticas, Bronislaw Baczko (1985, p. 309) apresenta a ideia de que o imaginário social é “uma das forças reguladoras da vida coletiva”. Dessa forma, a coletividade constrói sua identidade, criando uma representação de si, estabelecendo a distribuição de papéis e posições sociais, envolvendo-se assim no âmbito político, por meio de uma relação de imposição de crenças e construções de pensamento (BACZKO, 1985, p. 307).

Os atos dos monarquistas se baseiam também na experiência cultural, que não pode ser separada do social, ou seja, da vida em sociedade, uma vez que, segundo Antoine Prost (1998, p. 129), a abordagem de ambas é indissociável. Ao se referir à escrita da História, Prost salienta a importância de se tratar primeiramente de questões sociais e econômicas, para enfim conquistar uma visão cultural do modo de vida de uma sociedade. “O grupo só existe na medida em que existe voz e representação, quer dizer, cultura” (PROST, 1998, p. 129).

A História Cultural, por sua vez, deve explicar as evoluções, ultrapassando a fase de verificação das diferenças. Da mesma forma, os grupos sociais necessitam se identificar no que lhes é diferente através e no interior de conjuntos de representações (PROST, 1998, p. 137). As especificidades dessa característica despertam contestações por parte de teóricos, como Roger Chartier, que discorda da associação das representações aos pressupostos da História Social,

procurando renunciar em seus estudos à chamada “tirania do social”, que se explica como a imperativa necessidade de abordagem de ambas em concomitância (CARVALHO, 2005, p. 147).

O historiador francês acredita que os estudos e análises partam dos códigos, a fim de apreender a diversidade deles, e não das classes sociais, oferecendo uma nova abrangência e olhar. “O modelo cultural de Chartier é claramente atravessado pela noção de ‘poder’”, (BARROS, 2005, p. 12) tornando-se igualmente modelo de História Política.

Outra questão relevante ao entendimento da construção cultural, histórica e memorialística do movimento monárquico se situa na percepção da História das Ideias. Conforme José D’Assunção Barros (2005, p. 15), esse campo é frequentemente associado à História Cultural, passando por variações e se consolidando ao longo do século XX.

A História das Ideias também pode ser sintonizada à História Política, como nesse artigo, ao examinar ideologias e as formas de difusão de ideários em estudo. Cabe ao historiador a observação de circuitos de ideias, evitando o anacronismo, fundamentando-se na compreensão das sutilezas da significação, recriando a temporalidade e o contexto inerente à pesquisa (BARROS, 2005, p. 18), tomando empréstimos de conceitos de outras ciências sociais e humanas.

Pierre Bourdieu, defensor da ideia de poder simbólico, ressalta a importância dos discursos como instrumentos políticos. Para o sociólogo, o poder simbólico remete à invisibilidade de sua transmissão, por meio de uma atuação própria das estruturas sociais, que reproduzem realidade e sentidos através de símbolos em repetição, favorecendo a dominação (BOURDIEU, 1998, p. 14).

Dessa forma, para Bourdieu (1998, p. 15), o sentido das palavras e seu poder se apresentam na possibilidade do efeito que geram. Exatamente por isso, os monarquistas, ao difundirem seu ideário, buscam o convencimento do eleitor, sem necessariamente trabalhar com dados reais. “É a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” que remonta o poder das informações apresentadas (BOURDIEU, 1998, p. 15).

Marcelo Ayres Camurça (1998), ao retratar o estudo dos símbolos, dos rituais e do imaginário de movimentos comunistas, percebe questões ligadas à cultura e a um sistema de representações. Do trabalho do pesquisador, pode-se apreender a pertinência das relações sociais em associação com seus significados simbólicos e rituais. Tratando de assuntos completamente diferentes dentro do âmbito político. O pesquisador nota a pouca preocupação evidenciada pelos movimentos estudados por ele em relação a fatores que se afastavam do político, em busca do rompimento do passado (CAMURÇA, 1998).

Para os monarquistas de 1993, a ação constatada por Camurça entre os comunistas se constituiu de modo completamente diferente: havia uma tendência à recuperação de um passado já distante, em meio às transformações intermediárias promovidas por republicanos, configurando-se um discurso de resgate de um estatuto perdido. Houve operação de um lado não-político, a fim de retratar sua autoimagem, dentro de um comando planejado. A associação entre o real e o imaginário configurou e constituiu o discurso (CAMURÇA, 1998).

## A monarquia no Brasil e os primeiros encaminhamentos da campanha

A emancipação do Brasil em relação a Portugal, em 1822, apresentou como característica de permanência, a manutenção da monarquia, liderada por um imperador, Dom Pedro I (1798-1834), da dinastia de Bragança. A ação do líder português organizou os primeiros encaminhamentos políticos do novo país. Em 1824, outorgou-se a primeira Constituição. Inicialmente, uma Assembleia Constituinte trabalhava na formulação do conjunto de leis. No entanto, Dom Pedro I dissolveu a reunião jurídica, a fim de garantir a proeminência de seu poder sobre os artigos jurídicos propostos.

Um conjunto de instabilidades no governo do primeiro monarca fez com que a imagem do imperador se desgastasse frente à opinião pública, que igualmente reprovava sua origem portuguesa. Isso lhe fez abdicar do trono em favor de seu filho, Dom Pedro II (1825-1891), em 1831. A partir de sua renúncia, o antigo mandatário retornou a seu país de origem, Portugal, deixando seu descendente à espera da idade ideal para assumir o poder do país sul-americano.

O novo imperador tinha cinco anos à época da abdicação de seu pai, fator que motivou a instalação de um governo regencial no país, comandado por proeminentes políticos de então (FAUSTO, 2015, p. 86). Dom Pedro II assumiu o trono brasileiro em 1840, após a antecipação de sua maioridade, sendo inicialmente influenciado por políticos mais experientes (WERNET, 1997, p. 77). O país permaneceu quarenta e nove anos sob sua governança.

Durante sua vigência, o modelo monárquico brasileiro manteve uma estrutura jurídica e política de inspiração liberal, em seus valores e vocabulário. Porém, a sustentação de um sistema escravista de grandes dimensões fazia com que a forma de governo caísse em contradição frente à exaltação da liberdade que promovia (NAPOLITANO, 2017, p. 9).

A Constituição de 1824 previa a existência de quatro poderes, sendo dois deles exercidos pelo imperador: o Poder Executivo e o Poder Moderador. Quanto ao primeiro, delegava oficialmente o mando do país ao monarca, tendo sido levemente reconfigurado a partir de 1847, com a criação do cargo do Presidente do Conselho de Ministros, equivalente ao de um primeiro-ministro. Já a segunda forma fazia prevalecer a vontade do soberano sobre os desdobramentos políticos e jurídicos do país, evidenciando-se como um instrumento autoritário de poder, garantindo a permanência do protagonismo do imperador. Conforme Figueiredo e Figueiredo (1993, p. 79), o Poder Moderador investia o monarca “de ampla supremacia sobre os demais poderes”, Legislativo, Executivo e Judiciário.

Sem conseguir superar o modelo econômico e social do período colonial, mesmo assim “o Império do Brasil foi responsável pela construção de um Estado nacional unificado na América portuguesa, ainda que precário e submetido às forças políticas provinciais” (NAPOLITANO, 2017, p. 9). As elites ditavam os parâmetros da direção do país, promovendo a desigualdade e a hierarquização social (DOLHNIKOFF, 2017, p. 153).

Todas essas contradições favoreceram o desgaste da monarquia, tornando emergentes novas ideias, como o abolicionismo. A insatisfação em relação a ações em variadas pautas, como a participação brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870), favoreceu a instalação modelo republicano a partir de 1889. A nova forma de governo, todavia, pouco modificou a sociedade em questão, resultando “em obra de conciliação entre vitoriosos e derrotados de 1889” (LEMOS, 2009, p. 437).

A mudança mais marcante proporcionada pela instalação da República foi a substituição do imperador pelo presidente, aliada à ascensão de novas oligarquias e do Exército, personagens que contraditoriamente se beneficiaram das estruturas arcaicas ligadas à monarquia brasileira, outrora combatidas, a fim de se manterem no poder (NAPOLITANO, 2017, p. 8).

Diante da necessidade de se mostrar como forma de governo transformadora, a República implantou uma série de características simbólicas, com influências no positivismo, corrente filosófica em evidência entre os detentores do poder. Os símbolos do país no Império também foram adaptados pelos republicanos. Exemplos disso são a bandeira e o hino nacional, cujas versões republicanas em muito lembram as apresentações monárquicas (CARVALHO, 2017, p. 104).

Da mesma forma, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), transformou-se em um herói nacional de feições republicanas após o novo estatuto político brasileiro, concebido em 1889 (CARVALHO, 2017, p. 60). Em 1993, durante a campanha eleitoral, o alferes foi apropriado pelas três frentes, cada uma à sua maneira, em virtude da data de realização da eleição – 21 de abril é feriado nacional em homenagem a Tiradentes desde 1890. O inconfiante mineiro, nas mãos dos monarquistas, deixou “de ser o mártir da República para ser o mártir da independência do Brasil” (MIGUEL, 1996, p. 20).

Nesta questão, evidencia-se a construção de representações dos apoiadores da monarquia no período. Criou-se um Tiradentes interessado na Independência do Brasil, tornando-se, por isso, mártir. Ocorre, portanto, um conflito com a construção republicana, reinventando-se mais uma vez o personagem ao sabor do momento. Tal ideia contrariava a imagem propagada sobre o antigo militar, visando à transformação da memória coletiva de um grupo social que, habitualmente, associava Tiradentes ao ideário republicano.

O martírio de Tiradentes era interpretado pelos monarquistas como o primeiro ato da Independência, uma “abertura de portas” para a ação definitiva de Dom Pedro I. De tal modo, “em vez de investir contra o símbolo-Tiradentes, com toda razão reivindicado pelos republicanos, que o criaram, os monarquistas buscaram cooptá-lo - e associá-lo a outro símbolo, Pedro I, eminentemente monárquico” (MIGUEL, 1996, p. 20).

Além da remodelação do mito de Tiradentes, os monarquistas ainda atuavam pela defesa da viabilidade de sua forma de governo ao grande público, aproveitando a liberdade de expressão que lhes foi proporcionada pela queda de uma Cláusula Pétreia. Em 1889, quando da Proclamação da República, os militares detentores do poder instauraram

uma Cláusula Pétreia, por meio do Decreto 85A, proibindo a contestação da forma de governo recém-instalada, restringindo a ação dos apoiadores da monarquia (NÉMETH-TORRES, 2008).

A partir de então, tornou-se ilegal a reivindicação da restauração do estatuto político brasileiro anterior. A medida impositiva permaneceu associada às Constituições futuras. Sua queda se deu durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), formada por parlamentares no exercício de seus mandatos, que, além de versarem sobre pautas iminentes, ainda discutiram as formas e sistemas de governo (NÉMETH-TORRES, 2008).

Assumidamente monarquista, o deputado Cunha Bueno articulou a remoção do decreto da redação da nova Carta junto à Comissão de Sistematização, liderada por Bernardo Cabral<sup>2</sup>. O silêncio imposto ao movimento nesse intervalo de tempo era considerado injusto e contraditório aos valores republicanos e, por isso, utilizado em desfavor deles (SANTOS, 1990, p. 20). A remoção da proibição tornava plena a difusão do ideário monárquico no país.

Frente à mudança, a ideia plebiscitária de Cunha Bueno começou a se desenvolver após ganhar a adesão de grupos de deputados e senadores parlamentaristas, que tiveram suas reivindicações de mudança no sistema de governo derrotadas na Assembleia Constituinte com a aprovação do presidencialismo, em 22 de março de 1988. Utilizado como um subterfúgio para contornar a vontade da maioria, a ideia original do deputado paulista foi reforçada com novos argumentos e aprovada pelos constituintes por meio de uma disposição transitória, em 2 de junho de 1988. Desse modo, o povo iria às urnas dar a palavra final sobre o tema.

Revigorados pela possibilidade de restauração do trono, os monarquistas começaram a reconstruir sua identidade pública através de memórias dos tempos imperiais e de experiências internacionais. Entre a campanha oficial em rádio e televisão e a divulgação de textos em coletâneas, o Movimento Parlamentarista Monárquico (MPM) buscava se aproximar do eleitor, expondo seus ideais.

Cunha Bueno (1993, p. 55) apontava na campanha a promessa não cumprida pelos republicanos sobre a efetivação de uma consulta eleitoral sobre as formas de governo, após a Proclamação da República. No lugar da votação, houve o decreto da Cláusula Pétreia. Graças a isso, o deputado acreditava que o país sofreu com um “quadro dramático” de instabilidade (BUENO, 1993, p. 55). Segundo ele,

Em 104 anos de regime republicano, foram baixados 12 estados de sítio, 17 atos institucionais, 6 dissoluções do Congresso, 19 rebeliões militares, 3 renúncias presidenciais, 1 processo de impeachment, 3 impedimentos de posse de presidentes, 4 deposições presidenciais, 7 diferentes constituições, 2 longas ditaduras, 9 governos autoritários, milhares de cassações de direitos políticos, banimentos, exílios e torturas (BUENO, 1993, p. 55).

Fazendo uma defesa enfática da democracia, a seu ver tolhida pelos republicanos, o deputado salientava que a monarquia representava “a opção mais sensata para ordenar, em favor da Nação, as paixões políticas e partidárias”

<sup>2</sup> Bernardo Cabral, nascido em 1932, então filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ocupava o cargo de deputado federal constituinte pelo estado do Amazonas. Inicialmente, desempenhou trabalhos na relatoria da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

(BUENO, 1988, p. 8-9). Embora em seu discurso defendesse a democracia e o bom funcionamento das instituições, o deputado usufruiu de mandatos parlamentares sempre por partido afinados com a ditadura militar, como a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e seu sucessor, Partido Democrático Social (PDS)<sup>3</sup>.

Do mesmo modo como a liderança monarquista escondia sua própria filiação partidária dentro da República, a campanha oficial veiculada nas mídias fazia o mesmo com aliados, como Célio Borja<sup>4</sup> e Mário Henrique Simonsen<sup>5</sup>, apresentados apenas como ex-ministros, sem citar o envolvimento político com governos republicanos (MIGUEL, 1996, p. 24). Em defesa da democracia e da novidade, o movimento seguia desenvolvendo seu ideário, recorrendo às memórias construídas.

## A monarquia pelos monarquistas: construções de identidade e representação

Os monarquistas do período pré-Plebiscito buscavam mostrar-se como algo novo no contexto, em meio a um cenário de república consolidada. Para isso, utilizavam-se de recursos recorrentes em seu próprio discurso. Ao mesmo tempo, apelavam ao passado para se legitimar, buscando “uma tradição mais antiga que a presidencialista”, ainda “dominante no inconsciente coletivo brasileiro”, segundo eles (MIGUEL, 1996, p. 15).

Em nome da liberdade, Cunha Bueno previa que o povo brasileiro seria mais feliz com a monarquia (BUENO, 1988, p. 55). O uso do termo “rei” para nomear figuras populares – Rei do Futebol, Rei do Cangaço, entre outros exemplos –, para o parlamentar, não era um acaso, e sim um produto do apreço do povo pela forma de governo (BUENO, 1988, p. 55). O argumento do deputado ganhou destaque em 1993, tornando-se motivo de ironia entre a imprensa brasileira, por sua superficialidade (FALSIDADES..., 1993, p. 37).

Desse modo, a campanha evidenciava o rei como o “dono da casa”, uma figura de “autoridade paterna”, enquanto o presidente seria o “inquilino” do poder (MIGUEL, 1996, p. 12). O monarca, neste caso, zelaria por “valores da continuidade, próprios da monarquia”, desabonando-se o presidente, que se preocuparia com apenas com a “política competitiva” (MIGUEL, 1996, p. 12).

Cunha Bueno (1988) salientava que a República no Brasil foi imposta através de um golpe nas instituições vigentes (BUENO, 1988, p. 8). O golpe de 1889 era igualado na campanha monarquista ao golpe militar de 1964, por sinalizarem “para uma vida republicana feita de arbitrariedades e instabilidades” (MIGUEL, 1996, p. 23). Sobre o período imperial, Cunha Bueno buscou apresentá-lo como “67 anos de estabilidade institucional, superando sem

<sup>3</sup> Salienta-se, porém, que Cunha Bueno deixou o PDS no período da campanha do Plebiscito. Após a eleição, filiou-se ao Partido Progressista Reformador (PPR), fruto da fusão, em abril de 1993, do PDS com o Partido Democrata Cristão (PDC).

<sup>4</sup> Célio de Oliveira Borja é um advogado, nascido em 1928, que usufruiu de mandatos como deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e pelo Rio de Janeiro. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal entre abril de 1986 e março de 1992 e ministro da Justiça do governo Collor entre abril e outubro de 1992.

<sup>5</sup> Mário Henrique Simonsen (1935-1997) foi um engenheiro, economista e banqueiro brasileiro. Atuou como ministro da Fazenda em todo o governo Ernesto Geisel (1974-1979), passando a ser ministro do Planejamento no governo João Figueiredo, entre março e agosto de 1979.



traumas, graves dificuldades nacionais”, em meio a um continente “cindido e prejudicado pelos caudilhos” (BUENO, 1988, p. 21), referindo-se às antigas colônias espanholas, que constituíram, desde cedo, repúblicas em seus territórios.

O deputado era o porta-voz do Movimento Parlamentarista Monárquico, tornando-se a figura pública mais representativa desta corrente. Dotado de discurso inflamado contra a República, o parlamentar procurava convencer o eleitorado de que o povo era amplamente representado e participativo politicamente durante o Brasil Império. Sob sua visão, o país era uma “ilha de estabilidade na América”, com um clima de total liberdade, prosperidade e progressismo no país, invejado “por todas as nações do hemisfério” (BUENO, 1988, p. 21).

O parlamentar ainda descrevia que “no Brasil, conseguiu-se libertar os escravos, sem uma gota de sangue” (BUENO, 1988, p. 21-22), culpabilizando a República quanto aos problemas sociais advindos da libertação dos escravos, no ano anterior à queda da monarquia. Se, de fato, o regime republicano não tomou grandes atitudes em prol da adaptação social dos escravos, a monarquia, por sua vez, também não pode se vangloriar de tê-lo feito.

Ao longo do período imperial, Dom Pedro II era constantemente pressionado pela Inglaterra a coibir a escravidão e o tráfico de escravos. No entanto, com o passar dos anos, apenas algumas leis limitavam o expediente, de maneira mais teórica que prática. A Lei dos Sexagenários de 1885, por exemplo, concedia liberdade a escravos com mais de sessenta anos, mediante indenização a ser paga pelo liberto a seus senhores. Os trabalhadores compulsórios sofriam com péssimas e insalubres condições de trabalho ao longo da vida, dificilmente alcançando tal idade. A letra da lei continha um viés conservador (SCHWARCZ, STARLING, 2016, p. 306).

Quando houve a abolição, por meio da Lei Áurea, em 1888, a situação já era insustentável para os escravocratas, uma vez que as lutas abolicionistas ganhavam ares cada vez mais concretos. Dessa forma, a Princesa Isabel (1846-1921), na condição de regente, redigiu um breve texto para libertar os mais de 700 mil escravizados de então (SCHWARCZ, STARLING, 2016, p. 309).

Entretanto, para afiançar a ação de Isabel, os monarquistas de 1993, como o professor universitário Ibsen Noronha<sup>6</sup>, apelavam ao ocorrido nos Estados Unidos, onde a Guerra de Secessão (1861-1865) era vista como um “derramamento de sangue de mais de um milhão de pessoas”, desabonador da República (NORONHA, 2003, p. 49)<sup>7</sup>. Para os defensores da monarquia, a solução brasileira havia sido produto da “política prudente e pacífica” do país (NORONHA, 2003, p. 49), ignorando, todavia, a participação brasileira na Guerra do Paraguai, a qual deixou um saldo de milhares de mortos, e o sofrimento dos escravos ao longo do período em que a escravidão era legalizada no Brasil.

Ao encontro do posicionamento de Noronha, Cunha Bueno defendia que a monarquia foi o único período liberal da História do Brasil (BUENO, 1988, p. 22). O deputado, portanto, procurava expor ideias de liberdade em um contexto

<sup>6</sup> Ibsen Noronha é um professor universitário e advogado brasileiro, com atuação profissional em Portugal.

<sup>7</sup> Embora a obra de Ibsen Noronha date de 2003, o livro traz muitos argumentos relativos ao período da campanha monarquista de 1993, que se mostraram permanentes entre os apoiadores da restauração da monarquia brasileira.

marcado pela escravidão humana. Suas intervenções literárias ao longo do período analisado fazem apaixonadas defesas do Brasil monárquico, aliando memórias construídas e História, no justificar de sua argumentação.

Do ponto de vista histórico, o ato da filha de Dom Pedro II, conforme Schwarcz e Starling (2016, p. 310), é considerado o “rompimento do último laço forte da monarquia”, uma vez que se perdia o apoio maciço de cafeicultores interessados na continuidade do sistema escravista. Sobre Dom Pedro II, as pesquisadoras afirmam que ele teria recebido bem a notícia da ação, apesar de ter, ao longo de seu reinado, custado a realizá-la por seus próprios meios. Oficialmente, o governo imperial atribuía à Princesa Isabel o título de “Redentora”, buscando capitalizar a ação (SCHWARCZ, STARLING, 2016, p. 311).

Na campanha, o MPM contou com uma aliada na defesa dos “méritos da abolição” (MIGUEL, 1996, p. 22). Dona Neuma da Mangueira (1922-2000), carnavalesca, descendente de escravos, defendia a monarquia, pois, “Graças à Princesa Isabel e a Dom Pedro II, eu nasci livre, livre igual a você, livre para levar a Mangueira, a minha escola de samba, a ser a rainha do carnaval” (MIGUEL, 1996, p. 23). Com isso, Dona Neuma reforçava o simbolismo da memória construída, mediante a afirmação de uma pretensa autoridade, ou seja, uma descendente de escravos grata aos monarcas por sua liberdade.

A campanha monárquica ainda enfatizava que “a família real brasileira sempre foi a mais acerba adversária da escravidão”, sendo impedida de encerrar o expediente “pelo parlamento conservador” (MIGUEL, 1996, p. 23). Os monarquistas alegavam que a república era responsável por deixar “seus cidadãos numa nova escravidão, da miséria e da fome”, esvaziando o sentido da palavra “escravidão” (MIGUEL, 1996, p. 23), em nome da defesa de seus ideais e do reforço de seu discurso representativo.

Sobre o Brasil imperial, Cunha Bueno procurava em seus relatos apresentar qualidades de Dom Pedro II, responsável por tornar o país “parte do Primeiro Mundo”<sup>8</sup> (BUENO, 1993, p. 58). O político descreve o Brasil daquele tempo como um país “respeitado e acatado por outras nações” (BUENO, 1993, p. 58), dono de uma moeda forte e uma importante indústria naval. “Tínhamos governos honestos, honrados e que pouca despesa davam à nação” (BUENO, 1993, p. 58). Todas essas virtudes, conforme o político, perderam-se com a instalação do regime republicano.

## A experiência internacional

Outro recurso recorrente da campanha monarquista era o resgate de experiências internacionais, para fundamentar seu conjunto de ideias e reforçar acontecimentos que abonassem a escolha da monarquia como forma de governo. Para o monarquista Ibsen Noronha (2003), a restauração da monarquia era reivindicada em outros países no mundo, como a Romênia, a Bulgária e Polônia, por seu prestígio histórico junto aos habitantes daqueles países. “Se a lembrança dos reis do passado fosse negativa na memória dos povos, seria também impopular a ideia de Monarquia”,

<sup>8</sup> No contexto da campanha, Primeiro Mundo era uma divisão geopolítica que remetia aos países desenvolvidos.

salienta Noronha, que também defende o baixo custo da manutenção da realeza nos países em que está instalada a forma.

Conforme Noronha (2003, p. 22), a Família Real inglesa, a mais cara das monarquias daquele período, custava aos súditos britânicos, algo em torno de 75 escudos<sup>9</sup> ou um real por ano. Seu argumento emerge de uma discussão com um republicano, que contestava o contrário. Ao mesmo tempo, Noronha apresenta altas cifras em desfavor do modelo republicano, especialmente no que se refere a valores de aposentadorias de antigos mandatários dos Estados Unidos (NORONHA, 2003, p. 21).

A favor dos argumentos dos monarquistas, em 1993, a República enfrentava outro de seus problemas, com a destituição de Fernando Collor de Mello do cargo de Presidente<sup>10</sup>, após denúncias de corrupção. Para os defensores da forma monárquica, este era o exemplo claro de falência da República e da necessidade de transformações que favorecessem seu conjunto de ideias para o país, apresentando, constantemente, modelos exitosos de países chefiados por monarcas (BUENO, 1993, p. 56).

A monarquia espanhola era, para os restauradores brasileiros, um exemplo do sucesso da forma de governo no mundo. Sua defesa atribui ao rei Juan Carlos de Borbón<sup>11</sup> o poder de sobrepujar “os ódios, as diferenças, as ideologias e as prevenções” (BUENO, 1993, p. 59), onde, conforme Cunha Bueno, “a autoridade permanente e incorruptível do soberano” permitia o bom andamento das instituições, “acima das paixões”.

Na segunda metade da década de 1970, a Espanha saiu de uma ditadura altamente repressiva comandada por Francisco Franco, entre 1936 e 1975. O ditador articulou a transição com a Família Real através de compromisso firmado. A morte de Franco viabilizou definitivamente a restauração da Coroa, que trouxe a democracia de volta. O novo monarca, durante seu reinado, no entanto, não resolveu questões mínimas, ainda retratadas na atualidade, especialmente sobre o separatismo de províncias.

Apesar de o rei da Espanha ser o chefe de Estado, contando, portanto, com um papel de representação, Juan Carlos participava do jogo do poder, pois, naquele país, o soberano exerce poder de arbitragem e moderação. A Espanha é uma monarquia parlamentarista, onde o poder de mando é exercido pelo Presidente do Governo, nome dado ao primeiro-ministro. Todavia, “o regime espanhol estabelece uma relação de equilíbrio entre o rei, como chefe de Estado, e o primeiro-ministro” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 67).

O sistema espanhol traz sensíveis semelhanças alusivas ao uso do Poder Moderador, praticado durante o período imperial brasileiro e defendido por muitos monarquistas em 1993. O contexto histórico espanhol de outrora, porém,

<sup>9</sup> Antiga moeda portuguesa, substituída pelo Euro em 2002. O autor também defende a restauração monárquica em Portugal.

<sup>10</sup> A partir do final de maio de 1992, Fernando Collor de Mello, então Presidente da República, enfrentou denúncias de corrupção, amplamente publicadas pela imprensa, em especial, pela revista *Veja*, as quais levaram à sua destituição do cargo, no final daquele ano. Foi substituído por seu vice, Itamar Franco (1930-2011).

<sup>11</sup> Juan Carlos, nascido em 1938, foi rei da Espanha entre 1975 e 2014. Abdicou do trono em favor de seu filho, Filipe VI, nascido em 1968. Após sua saída, enfrentou diversas polêmicas e suspeitas de corrupção, embora nunca tenha sido responsabilizado por nenhuma dessas questões. Assim mesmo, sua popularidade oscilou negativamente entre os espanhóis.

não tinha relações com o panorama político nacional brasileiro, evidenciando uma tentativa anacrônica de convencimento popular. Paralelamente às discussões, a monarquia inglesa, amplamente mais conhecida, sofria escândalos públicos, com divórcios de dois proeminentes príncipes, aspirantes ao trono. Em meio aos textos pesquisados, os conflitos reais eram minimizados pelas lideranças, que procuravam destacar as qualidades, silenciando adversidades.

## A questão dinástica: uma barreira ao esclarecimento

A Família Orléans e Bragança possui uma contenda que envolve a questão dinástica. A disputa contesta quem estaria habilitado a ocupar o figurativo trono do Brasil. Liderados por Dom Pedro Gastão (1913-2007), os membros residentes na cidade de Petrópolis/RJ alegavam que a renúncia de Dom Pedro de Alcântara (1875-1940), filho mais velho da Princesa Isabel, aos direitos de sucessão do extinto e simbólico trono do Brasil, em 1908, não se estendia a seus herdeiros (CARVALHO, 2010). A decisão, fundamentada em documento denominado Carta de Cannes, se deu em razão do casamento de Dom Pedro com Elisabeth Dobrzensky de Dobrzenicz (1875-1951), austro-húngara que utilizava o título de condessa apenas por cortesia e cuja nobreza era considerada inferior.

Por sua vez, o Ramo de Vassouras, assim chamado em alusão à cidade fluminense, defendia que a renúncia era válida para o príncipe e para seus sucessores. Por isso, os descendentes de Dom Luiz Maria (1878-1920) detinham os direitos sobre o trono, na ocasião do Plebiscito. Os monarquistas mais convictos costumavam apoiar esse ramo, privilegiando a figura de Dom Luiz Gastão<sup>12</sup> como pretendente a rei do Brasil.

Para Armando Alexandre dos Santos (1992), monarquista, em estudo sobre o Almanaque de Gotha, antigo catálogo de referência das dinastias pelo mundo, a questão apresentada pelo Ramo de Petrópolis não procedia. Segundo Santos, era legítimo e reconhecido que a ação de Pedro de Alcântara era referendada pela Princesa Isabel, chefe da Casa Imperial à época da renúncia, figurando em diversas edições da publicação, desde sua ocorrência até suas edições finais (SANTOS, 1992, p. 63).

Da mesma forma, a desavença familiar não era apenas política, estendendo-se ao campo econômico, uma vez que

Além da disputa dinástica, uma polêmica sobre o destino do patrimônio dos Bragança no Brasil dividiu os dois netos da princesa Isabel, e isto incluía o direito de receber o laudêmio de Petrópolis (RJ) – uma taxa de 2,5% chamada enfiteuse, cobrada em todas as transações imobiliárias feitas na área que era fazenda de D. Pedro II, doada por ele no século XIX (NÉMETH-TORRES, 2008).

Dom Pedro Henrique (1909-1981), do Ramo de Vassouras, vendeu os direitos do laudêmio aos representantes do outro ramo, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), perdendo o prazo de readquiri-los (NÉMETH-

<sup>12</sup> Nascido em 1938, Dom Luiz ainda é postulante ao extinto trono brasileiro, mantendo-se chefe da Casa de Bragança.

TORRES, 2008). A atitude desfalcou financeiramente essa parte da família. O ânimo da possibilidade de restauração da monarquia no Brasil fez com que as antigas contendidas voltassem à tona. Cunha Bueno buscou conciliar as partes, sem sucesso, até 1992. Frente à questão, buscou abstenção, defendendo apenas a forma de governo, delegando ao Congresso Nacional, a escolha do novo rei, em caso de vitória nas urnas.

Os ramos ainda divergem sobre o pensamento político e social. “Enquanto o Ramo de Vassouras flerta com uma cosmovisão mais próxima do conservadorismo católico, o Ramo de Petrópolis tende a aderir às tendências mais liberais” (QUADROS, 2017, p. 22). Esse fator evidenciou o descontentamento de muitos apoiadores da causa em relação à postura religiosa de Dom Luiz, o líder do Ramo de Vassouras, e seu irmão, Dom Bertrand<sup>13</sup>, membros ativos da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). A TFP se manteve oficialmente afastada da campanha, devido a características institucionais, apesar de muitos de seus membros se manifestarem pessoalmente em prol de Dom Luiz (ZANOTTO, 2012, p. 132).

Embora o estatuto da frente monárquica versasse sobre a necessidade de o novo rei ser uma pessoa nascida no Brasil, o que excluiria Dom Luiz e Dom Bertrand da disputa, a informação não foi propagada com intensidade e convicção, uma vez que ambos participavam como “candidatos a rei” nos programas de rádio e televisão lançados em fevereiro de 1993<sup>14</sup>.

Os programas do Movimento Parlamentarista Monárquico traziam como slogan a expressão contestável “Vote no Rei”. Ao público menos atento, dava a impressão de que o Plebiscito elegeria uma pessoa como rei já em 21 de abril de 1993, o que era improcedente. O que estava em jogo era apenas a forma (e o sistema) de governo. Entretanto, muitos candidatos surgiram entre os Bragança, difundidos por Cunha Bueno e sua equipe. O principal deles era Dom Antônio<sup>15</sup>, o terceiro na linha de sucessão do Ramo de Vassouras (NÉMETH-TORRES, 2008).

A imprensa, por sua vez, tendia a destacar o Ramo de Petrópolis, através de Dom Pedro Gastão, seu líder, ou de seu sobrinho, Dom João Henrique, o “Joãozinho Príncipe”, aspirante ao trono cuja charme foi destacado pela jornalista Mônica Bérghamo, em ampla reportagem publicada na revista *Veja*<sup>16</sup>, em 3 de fevereiro de 1993. Na referida matéria, Bérghamo ainda sinaliza particularidades relativas às ações públicas e privadas dos membros da família Orléans e Bragança, enfatizando a discórdia que envolvia a participação de Dom Luiz e Dom Bertrand na TFP (BÉRGAMO, 1993, p. 22-29).

<sup>13</sup> Dom Bertrand, nascido em 1941, é o segundo na linha oficial de sucessão dos direitos dinásticos familiares, hoje apenas simbólicos. Atua como porta-voz da família sobre assuntos da nobreza.

<sup>14</sup> Embora tivesse nascido em Eu, na França, Dom Pedro Gastão não estava excluído oficialmente da disputa, pois nasceu enquanto a Família Real estava banida do Brasil. O termo de exclusão desconsiderava a regra em casos de exílio ou banimento.

<sup>15</sup> Dom Antônio de Orléans e Bragança, nascido em 1950, é o sétimo filho de Dom Pedro Henrique, sendo, portanto, irmão de Dom Luiz e Dom Bertrand. Casado com Christine de Ligne, componente da nobreza belga, era preferido entre alguns monarquistas em 1993, especialmente por não professar o ideário da TFP. Cunha Bueno buscou uma conciliação entre defensores da monarquia brasileira, apresentando o nome de Dom Antônio como candidato viável a rei, não obtendo êxito na tentativa (NÉMETH-TORRES, 2008).

<sup>16</sup> Revista semanal publicada desde 1968 pela Editora Abril, com enfoque na editoria política.

A revista *Manchete*<sup>17</sup>, igualmente, reforçou a presença de Dom Pedro Gastão, tratando-o como Dom Pedro III em reportagem publicada já no período eleitoral (CONY, 1993, p. 30-35). Por sua vez, Dom João Henrique foi protagonista de uma extensa entrevista, na qual lhe foi oferecida a possibilidade de apresentar seu modo de pensar sobre diversas questões da política brasileira. Tanto a edição de *Veja* como a de *Manchete* transparecem ares de modernidade sobre a figura de Dom João Henrique, cuja possibilidade de assumir o trono, em caso de vitória no Plebiscito, por vias dinásticas, era remota (MALTA, 1993, p. 14-17)<sup>18</sup>.

Nenhum dos supracitados estava garantido como monarca, uma vez que qualquer brasileiro poderia ser apontado como rei pelo Congresso, conforme citado anteriormente, o que gerou desunião entre os pares. Mesmo assim, os programas políticos do Movimento Parlamentarista Monárquico “enfocaram os ‘príncipes’ da família ‘imperial’ brasileira, enfatizando seu lado de ‘pessoas tão comuns, tão ligadas ao povo’” (MIGUEL, 1996, p. 17), almejando o convencimento do eleitor.

## Considerações finais

Ao final da campanha, 6.790.751 pessoas (10,26% do total de eleitores) confiaram seu voto à forma de governo monárquica no Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo. O engajamento monarquista proporcionou sua organização como movimento, fundamentando-se nos conceitos e ideários formulados e defendidos por seus membros.

Desse modo, houve uma tendência ao envolvimento do eleitor por meio do convencimento, dentro uma memória coletiva construída. Por isso, as visões que os defensores da monarquia tinham de si mesmos garantiam a força de seus argumentos, por mais que as informações por eles disponibilizadas encontrassem equívocos, exageros e pouca correção, em alguns casos.

A interação entre o vivido e o não-vivido, na forma descrita por Halbwachs, também se evidencia, uma vez que se busca reconstruir ou simular uma realidade da qual não se tem um conhecimento próprio, apenas se ouviu falar. Essa memória criada propiciou que seus apoiadores experimentassem novas perspectivas políticas e as oferecessem ao eleitor, sempre baseadas em conhecimentos não experimentados, associados ao passado monárquico.

Os esquecimentos, sobretudo, também fizeram a diferença. As fraquezas do Império eram deixadas de lado em nome de suas pretensas virtudes. A desconstrução do conjunto de ideias monarquistas ficava a cargo dos republicanos, enquanto o movimento monárquico procurava desacreditar as ações da República, algumas vezes logrando êxito. Quem aceitasse a versão de realidade oferecida, “comprava o discurso” que melhor lhe convinha, constituindo na defesa de seus ideais.

<sup>17</sup> Revista de variedades publicada entre 1952 e 2000 pela Bloch Editores. Apesar de se enquadrar como uma revista ilustrada, possuía interesse especial pela editoria política, disponibilizando a ela considerável espaço.

<sup>18</sup> O comportamento, as discussões e as representações efetivadas pelas revistas *Manchete* e *Veja* sobre pontos ligados ao Plebiscito fazem parte da pesquisa de dissertação do autor, a qual está em processo de elaboração.

Outro aspecto relevante a ser pontuado é a tendência a uma “História desistoricizada”, conforme salienta Miguel (1996, p. 13) em seu artigo, observada na reivindicação de uma tradição desprovida de História em seu processo. Com isso, os monarquistas puderam modelar os acontecimentos e as informações do senso comum a seu gosto, viabilizando estratégias de campanhas contestáveis.

A contundência e a insistência de Cunha Bueno e de outros personagens públicos ligados à frente política fizeram com que, através da construção de suas próprias representações, os monarquistas evidenciassem suas crenças políticas, administrando suas visões de mundo sobre o que almejavam, convencendo parcela da população sobre sua causa.

Igualmente, a necessidade de se reconstruir uma identificação pública com o movimento monarquista, algo arrefecido no país após cem anos, fez com que pontos sociais fossem amplamente associados aos culturais, confirmando o posicionamento teórico de Prost, que não consegue separar o social do cultural. Por outro lado, o fato de a pretensa cultura se amparar em uma memória construída, nem sempre fiel à realidade, afasta ambos os conceitos, referendando Chartier.

Independentemente da eficácia das ações e de seus resultados, conclui-se que a subjetividade embutida na atividade política dos monarquistas convencia a seus apoiadores a entender suas crenças como legítimas. Teorias e posicionamentos políticos à parte, os monarquistas de 1993 não obtiveram sucesso na “eleição de seu rei”, mas conseguiram impor sua presença em público, mostrando, por meio das representações empregadas, que estavam dispostos a se agremiar em torno da mudança da forma de governo do Brasil.

O Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo é ainda na historiografia, um capítulo pouco explorado por pesquisas científicas, muito em razão de seus resultados, que mostraram uma tendência à continuidade. Porém, as novas possibilidades na pesquisa histórica o tornam um tema de interesse ao historiador, uma vez que os efeitos das discussões constituintes influenciaram por longo tempo o cenário político nacional.

## Referências

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia EINAUDI*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 296-332.
- BARROS, José D'Assunção. História cultural e história das ideias. *Cultura*, vol. 21, 2005.
- BÉRGAMO, Mônica. Que rei sou eu. *Veja*, nº 1273, 03 fev. 1993, p. 22-29.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BUENO, Antônio Henrique Cunha. *A Solução é o Rei*. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 1988.
- BUENO, Cunha. Por que o Parlamentarismo Monárquico? In: SERRA, José; PALMEIRA, Vladimir; BUENO, Cunha; BARROS, Edgard de. *Parlamentarismo ou Presidencialismo? República ou Monarquia?* São Paulo: Contexto, 1993.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. Imaginário, Símbolos e Rituais nos movimentos de Esquerda e Organizações Comunistas: por uma Antropologia da Esquerda. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 29-58, 1998.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. “Vote no Rei”: o plebiscito brasileiro de 1993. In: *Café História – história feita com cliques*. 2010. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/vote-no-rei-o-plebiscito-de-1993/>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, nº 11, V. 5, p. 173-191, jan./abr. 1991.
- CONY, Carlos Heitor. Dom Pedro III: A Solução Real para o Brasil. *Manchete*, nº 2137, p. 30-35.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FALSIDADES no vídeo. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 37.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus. *O plebiscito e as formas de governo*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LEMO, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MALTA, Maria Helena. D. João de Orléans e Bragança: Um Príncipe à Brasileira. *Manchete*, nº 2132, 13 fev. 1993, p. 14-17.
- MIGUEL, Luís Felipe. Sentidos do Passado: nação, tradição e história na campanha eletrônica para o plebiscito de 21 de abril de 1993. In: *Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: ANPOCS, 1996.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2017.
- NÉMETH-TORRES, Geovani. A Odisseia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. In: *Veredas da História*. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 abr. 2008.
- NORONHA, Ibsen. *Em prol da Monarquia delenda república*. São Paulo: Grafilar, 2003.
- PROST, Antoine. Social e Cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 123-137.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Conservadorismo coroadado: movimentos monarquistas no Brasil atual. *Estudos Sociológicos*. Araraquara, v. 22, n. 42, pp. 15-34, jan.-jun. 2017.
- SANTOS, Armando Alexandre dos. *O Brasil Império nas páginas de um velho Almanaque Alemão*. São Paulo: Artpress, 1992.
- SANTOS, Armando Alexandre dos. *Ser ou não Ser Monarquista? Eis a questão*. São Paulo, Artpress, 1990.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- WERNET, Augustin. *O Período Regencial: 1831-1840*. São Paulo: Global, 1997.
- ZANOTTO, Gizele. *TFP – Tradição, Família e Propriedade: As Idiossincrasias de um Movimento Católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.



*Submissão: 15/09/2019*

*Aceite: 23/05/2020*